

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura (Convocação Extraordinária)

Realizada em 30 de março de 1971 — (Têrça-feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rorário Pitelli, Acyr José, Agnaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinatti, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciaro Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krügger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (46); Achando-se ausente o sr. Fabiano Braga Côrtes (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

CONVITE:

Do senhor deputado Nelson Pedrini, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convidando a Presidência dêste Poder, para o Ato Solene de posse do engenheiro civil Colombo Machado Salles, no cargo de Governador e do senhor Attilio Francisco Xavier Fortana, no cargo de Vice-Governador daquele Estado. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

OFÍCIOS:

Sob o n. 159-71, do senhor Cássio Bittercourt Macedo, comunicando que em data de 16 do corrente, assumiu o cargo de Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, nomeado pelo Decreto n. 3, de 15 de março do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 28-71, do senhor Luiz Geraldo Caillet Santos, comunicando que em data de 18 do corrente, assumiu o cargo de Chefe do Cerimonial do Palácio do Governo, de acôrdo com o Decreto n. 58, de 18 de março do ano em curso. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se .

Sob o n. 5-71, do senhor dr. Edson Küster, presidente da Câmara Municipal de Apucarana, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1.971-1.972. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do senhor dr. Masaya Konno, presidente da Câmara Municipal de Rolândia, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio da 6a. Legislatura. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 01-71, do senhor Rubens Domingos Chemin, presidente da Câmara Municipal de Paranacity, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal, durante o período de 1.971-1.972. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 19-71, do senhor Bél. Lamartine R. Soares, diretor do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, comunicando haver assumido em data de 20 do corrente, as funções de Diretor da Prisão Provisória de Curitiba. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O subscritor do presente, na forma regimental, Requer, ouvida a Casa, seja inserido em Ata, referente aos trabalhos de hoje, um voto de regozijo, em face do transcurso de mais um aniversário da Revolução e pela divulgação feita por S. Exa., o sr. Presidente da República, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em data de ontem.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1.971.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que éste subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, ouvido o plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela passagem do 16.o aniversário de fundação do jornal "Diário do Paraná", transcorrido em data de ontem.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa, se favorável, seja dado conhecimento à Direção daquele periódico, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1.971.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que éste subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações ao exmo. sr. Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, pelo envio ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que institue o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o qual garantirá ao homem do campo os seguintes benefícios: aposentadoria após 65 anos, em valor igual a 50% ao maior salário mínimo em vigor no País; auxílio invalidez em valor igual ao da aposentadoria, ao totalmente incapacitado para o trabalho; pensão equivalente a 30% do maior salário mínimo em vigor no País aos dependentes do trabalhador falecido e serviços de saúde compreendendo a assistência médico-cirúrgico-hospitalar-edontológico, entre outros.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1.971.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento do general Aramis Athayde, paranaense dos mais ilustres, primeiro representante que nosso Estado teve junto ao Governo Federal, quando, na gestão do Presidente Café Filho, exerceu o cargo de Ministro da Saúde. General-médico, formado pela Universidade do Paraná em 1924, prestou serviços em várias unidades do Exército Brasileiro. Político atuante, ocupou relevantes cargos na administração estadual, tendo exercido mandatos eletivos junto à Assembléia Legislativa e à Câmara dos Deputados, nesta como Constituinte de 1946. Sua vida é um exemplo a ser seguido pelos paranaenses, buscando elevar cada vez mais alto o nome de nosso Estado no cenário nacional.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1971.

(a) **Erondy Silvério**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer seja transmitido, ao exmo. sr. Presidente da República, um voto de congratulações pelo encaminhamento ao Congresso Nacional da Mensagem que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, dando aos nossos patrícios das atividades agro-pecuárias o direito de gozar das conquistas sociais.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) **Gilberto Carvalho**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições e na forma regimental. Requer, consultado o Plenário, se constitua uma Comissão Especial, composta de 5 (cinco) membros, destinada a proceder estudos e elaborar nova Lei Orgânica dos Municípios, considerando-se que a atual, pelo decurso do tempo, eis que data de 1948, não mais se ajusta à realidade, nem atende aos imperativos da época presente.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1971.

(a) **Wilson Brandão**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao exmo. sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, no sentido de que aquela Pasta indique, com a máxima brevidade, um cirurgião-dentista para o funcionamento do Gabinete Dentário que a Secretaria do Trabalho e Assistência Social doou ao Orfanato Imaculado Coração de Maria, de União da Vitória.

O referido Gabinete, doado há mais de dois anos, encontra-se completamente abandonado naquele Orfanato, cuidado apenas pela dedicação das Irmãs da instituição.

Sendo grande o número de crianças a necessitarem daquele serviço, a indicação do cirurgião-dentista e a liberação da verba para manutenção daquela aparelhagem, é providencia que se faz imperiosa.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) **Domício Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao exmo. sr. Diretor do DETRAN, no sentido de ser prorrogado o prazo para emplaceamento de veículos com final de placa 1, 2 e 3, visto que o prazo concedido ou seja, de 40 (quarenta) dias, não satisfaz as exigências em virtude da demora na regulamentação dessa lei; além de que, os veículos com final 4, 5 e 6, terão 90 (noventa) dias de prazo para a mesma regulamentação; daí pedimos sua prorrogação por 30 (trinta) dias, para que todos os usuários possam cumprir aquela determinação, principalmente os moradores dos municípios do interior de nosso Estado, onde esse atendimento é muito moroso.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(aa) **Domicio Scaramela**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja expedido ofício, por esta Casa, ao senhor Secretário de Segurança, solicitando a instalação de uma Seção de Identificação, junto à Delegacia de Polícia, no município de Guarapuava.

A medida solicitada é das mais justas, haja vista que o funcionamento desta seção na região, viria atender uma faixa populacional de mais de quinhentos mil habitantes, que possui o município de Guarapuava e as comunas adjacentes, sem ter a sua população a necessidade de se deslocar à Capital, quando necessitar dos serviços citados.

Sala das Sessões, em 26 de março 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário,

Considerando a necessidade de possui esta Casa, uma Seção Administrativa que forneça com rapidez informações rápidas e atualizadas de toda a legislação estadual e federal, no sentido da preparação de proposições, pareceres e quaisquer outras iniciativas por parte dos senhores Deputados;

Considerando que em todos os Legislativos Estaduais e Congresso Nacional, já existe um órgão com esta finalidade, independente das informações que possam ser prestadas pela Divisão das Comissões ou Bibliotecas;

Considerando as providências determinadas pela Comissão Executiva para a reestruturação administrativa do Poder Legislativo, requer a Vossa Excelência que estude a possibilidade da Comissão Executiva criar uma Seção de Documentação Legislativa atualizada, eficiente, moderna, que poderia funcionar junto à Seção de Documentação Histórica.

Sala das Sessões, em 26 de março 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento, recentemente ocorrido do general Aramis Athayde.

Político de escol, ex-ministro da Pasta da Saúde, ex-deputado federal, a morte deste ilustre homem público, deixa uma lacuna impreenchível, no rol das pessoas que projetaram o nosso Paraná no concerto dos Estados.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

requer após ouvido o Plenário, seja solicitado, por esta Casa, pedido de informações ao senhor Secretário de Educação e Cultura, nos seguintes termos:

1 — Qual a razão existente até o momento da não efetivação do Festival do Teatro Nacional?

2 — Tendo o Projeto de Lei n. 346 de 4-7-69 e publicada no Diário Oficial n. 123 de 30-7-69, por que razão a Secretaria de Educação ainda não regulamentou semelhante plano de Lei?

3 — Qual o motivo de não ter sido incluída, na previsão orçamentária deste ano, verba para a consecução do Festival do Teatro Municipal, quando consignação no valor de Cr\$ 217.000,00 — foi destinada para “promover a vinda a Curitiba de companhias teatrais do Rio, São Paulo e outros centros”?

4 — A Fundação do Teatro Guíra, pretende incluir na previsão orçamentária do próximo ano, verba para funcionamento do aludido Festival?

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor Secretário dos Transportes, no sentido de solicitar estudos e o consequente asfaltamento de um trecho de estrada que ligará a BR-277 (na altura do Rio Sagrado) com a PR-52 (próximo à localidade de Fassa Sete).

O asfaltamento do referido trecho de rodovia virá reduzir em cerca de 15 quilômetros a distância entre as cidades de Curitiba-Morretes-Antonina e Guaraqueçaba, proporcionando aos seus usuários maior dispêndio de tempo e combustível.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviada, por esta Casa, sugestão aos senhores ministros do Trabalho e Assistência Social, Júlio Barata e da Justiça, Alfredo Buzaid, para que sejam instaladas mais 12 Juntas de Conciliação e Julgamento em nosso Estado.

Solicita, outrossim, que as mesmas sejam instaladas nos municípios: Telêmaco Borba, Paranavaí, Umuarama, Ponta Grossa, Guarapuava, Curitiba, Pato Branco, Cascavel, Jacarezinho, Maringá e Londrina.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) **Antônio Belinati**

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando o Banco do Estado do Paraná S.A., a ter vendido aproximadamente 5.825 alqueires de terras letigiosas a cerca de 1.000 colonos, na localidade denominada Colônia Rio Quatro, Núcleo São Padro, nos municípios de Toledo e Matelândia;

Considerando que as referidas terras foram sequestradas pelo ex-proprietário, conforme decisão judicial exarada pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Toledo, e posteriormente confirmada a sentença em entrância superior, e no Supremo Tribunal Federal, a quem deram ganho de causa;

Considerando que os adquirentes, face a decisão judicial estarem proibidos da exploração de suas terras, proibirão essa desde a desmatação até plantação ou construção de rancho para moradia ou qualquer benfeitoria;

Considerando que o ex-proprietário, estribado em direitos, estar explorando as terras vendidas pelo Banco do Estado, devastando pinheirais e formando invernadas;

Considerando que nem mesmo as terras integralmente pagas podem ser escrituradas ou negociadas;

Considerando que mesmo sem direito ao usufruto de suas terras, os colonos estarem recolhendo impostos de lei, ou seja, IBRA e outros;

Considerando que a demanda da questão movida pelo Barco do Estado do Paraná, já se estender por mais de 8 anos;

Considerando, finalmente, que o fato está provocando gravíssimo problema de ordem social econômica aos colonos, requer seja oficiado ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, no sentido de mandar providenciar uma solução rápida e satisfatória do angustiante problema, bem como dar ciência, aos colonos das medidas adotadas.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) Ovidio Franzoni.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 20-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção Regional de Ensino de São Pedro do Ivaí, com sede no município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971

(a) Gilberto Rezende de Carvalho

JUSTIFICATIVA:

Será de grande conveniência a criação da Inspeção de Ensino ora proposta, pois atenderá não só ao município de São Pedro do Ivaí, como a outros vizinhos, tais como Fenix, Barbosa e São João do Ivaí, distantes de outras Inspeções, com o que será beneficiada toda uma região do Estado do Paraná.

Projeto de Lei n. 21-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública, a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro na comarca de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971

(a) Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

O Projeto visa a declarar por lei, como de utilidade pública, a Seção do Paraná da "Associação Brasileira de Mulheres Médicas", que tem sede e fóro na comarca de Curitiba.

A iniciativa propugna por essa declaração legal de utilidade pública, fundamentando-se nas beneméritos finalidades e exelsos objetivos que orien-

tam as atividades da entidade, constituindo o cerne da sua própria existência jurídica.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a honrosa presença, nesta Casa, dos srs. José Bernardes, prefeito municipal de São Pedro do Ivaí; do sr. Amâncio Borges, de Fênix; do sr. José Galhardo, presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí; e do sr. Ovande de Paula Bernardini, prefeito municipal de Antônio Olinto.

Para conhecimento do Plenário, passaremos a ler a Resolução n. 23-69, de 10 de setembro de 1969, cujo teor é o seguinte: (Lê).

Artigo 2.º § 1.º — O Presidente destinará a Hora do Expediente, das sessões imediatamente anteriores a 31 de março (Revolução de Março), de 21 de abril (Tiradentes), 22 de abril (Descobrimento do Brasil), 11 de junho (Batalha do Riachuelo), e 25 de agosto (Dia do Soldado), 15 de novembro (Dia da Proclamação da República), 19 de novembro (Dia da Bandeira) e 19 de dezembro (Emancipação Política do Paraná), designado orador com antecedência, para o fim exclusivo de comemorar as referidas datas.

§ 2.º — Durante a "Semana da Pátria", o Presidente convocará sessão extraordinária, para a comemoração solene do dia 7 de setembro (Independência do Brasil)."

Artigo 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

A Hora do Expediente será destinada, exclusivamente às comemorações do dia 31 de março e, para tanto, esta Presidência designou o deputadoACYR José para fazer uso da palavra.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Sumamente honrado pela deferência que agora recebo da douda Mesa deste Poder Legislativo, para que possamos também nos associar aos festejos do 7.º aniversário da Revolução Brasileira de 31 de março, é que assumo esta Tribuna.

Pensamos em Deus, pensamos em nossos pais, pensamos também em nossa Pátria. Sente-se, neste instante, o clima no nosso País de uma paz social de uma tranquilidade e muita confiança em seu futuro.

Sr. Presidente, srs. Deputados, a nossa participação na Tribuna, neste momento, não se prende apenas ao tributo de nosso respeito a todos aqueles brasileiros que arrostaram imensas dificuldades para preservar o nosso País recuperando-o e levando-o para a senda da liberdade com responsabilidade, mas, principalmente, convem se salientar o fato primordial, da convivência pacífica da sociedade brasileira nos dias da atualidade.

Podemos realçar uma circunstância maravilhosa para nós, enquanto assistimos muitos dos países co-irmãos em embates cruentos, como o Uruguai numa tensão permanente, a Argentina e diversos outros países em lutas difficilimas para seus governos e seu povo, vemos, no nosso Brasil, o amor à Pátria o desejo e o anseio incontido de todos os seus filhos para que ela possa prosperar e unir-se cada vez mais.

Sr. Presidente, nesta homenagem que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná presta, neste sétimo ano de aniversário da Revolução, hão de os srs. Deputados de minha terra, que faça a leitura de uma reportagem publicada na "Fôlha Ilustrada", de ontem, a qual encheu meus olhos de emoção e alegria, pois pintava o retrato fiel e singelo da Revolução Brasileira.

O título: "A passagem". O autor: Otávio Costa.

(Lendo) — "Esses olhos não viram o que passou. Esses olhos adolescentes, que assim me vêem, indigadores e afoitos, e suficientes, e íntimos, e juizes, nas asas da pesquisa que lhes pediu o professor esses olhos de inquietudes e incertezas querem dos meus olhos-testemunha a razão e a co-lheita destes sete anos de passagem.

Passa o sol passa a chuva, passa a lua, passam os ventos, as nuvens e o galo da madrugada; passam homens, tempos e coisas; a vida passa envelhecendo nos olhos que passam; mas sempre terá de haver uma juventude, assim dona da vida, achando que não passa.

Os meus olhos-testemunha vêm dizer a todos os olhos sem passado a cena que passou, que esses olhos do futuro não viram a bancarrota racional. Não viram a inflação dobrando em um ano o preço da vida ou o preço da morte. Não viram o Brasil mendigando, súplice, a concessão, a dilatação, a renovação de prazos de dívidas.

Os meninos que hoje pesquisam a razão da passagem de março não

abriram os olhos nas manhãs das cidades brasileiras sem leite, sem açúcar, sem pão, sem carne, sem condução, sem leite sem confiança sem ordem na estagnação de tôdas as graves.

Esses olhos não viram as filas imensas de mulheres, de homens, de crianças, amanhecendo na porta dos açougues à espera do bife que não chegava por ouro algum; nem viram a corrida às prateleiras das mercadorias, com as donas de casa — sófregas, temerosas, e agitadas e aflitivas comprando qualquer coisa comprando tudo, na ânsia de prover as despensas caseiras, nas ameaças de um amanhã que prever já não se podia.

Esses olhos não viram o quabra-quebra, a tomada de terras, guindastes parados, navios de tantas bandeiras passando ao largo, o motim nas fábricas, o professor impedido de dar aula, não viram o feijão importado do estrangeiro para a carência nacional e a vergonha dos vagões engavetados no cotidiano da desidia e da baderna das ferrovias.

E esses mesmos olhos não viram a outra face triste desse tempo que passou, com a sonegação dos tributos, o impôsto de renda restrito a funcionários, a orgia das sessões extraordinárias da "Gaiola de Ouro", o turismo oficial, o carro de luxo empurrado pela gasolina subsídios, o empreguismo de caderno, os orçamentos fantasmas, o favoritismo do crédito oficial, a negociata dos dólares, o enriquecimento ilícito, as fortunas nos bancos estrangeiros, e a seca, a miséria e a fome no Nordeste, engordando a opulência e vaidade de uns poucos. Estas, entre tantas, entre causas velhas e profundas; entre causas de ocasião e causas de precipitação, as razões maiores do 31 de Março que não passou em vão. E a colheita, terá valido a pena?

Agora já ninguém procura contestar, aqui dentro ou lá fora, a extraordinária vitalidade de nossa vida econômica e o ritmo vertiginoso do progresso que vivemos.

Agora todos confirmam a ordenação de nossa vida administrativa, com orçamentos feitos para serem cumpridos; austeridade e moralidade; eficiência e prestância dos homens públicos.

Agora todos os olhos podem ver o que está à vista de tôdas as idades; o aço, o quilowatt e o petróleo em mãos firmes, as grandes obras hidrelétricas, a construção naval, as rodovias, as micro ondas, os portos, o crescimento do produto bruto o aumento das exportações, o desenvolvimento estável e duradouro o progresso afinal.

Não creio sejam estes bens à vista, os valores maiores destes novos tempos, senão que tenho, como colheita e melhor, o advento da fé em nossos próprios caminhos e a justiça social entre homens e terras.

Em nenhuma outra passagem de nossa história foi tão sertido este anseio, como nestes tempos de agora. Aí está a justiça social entre as terras, com a distribuição mais equânime do dinheiro do povo entre os Estados, a União e os Municípios; porque no Município que a Revolução soube prover de recursos indispensáveis, é que se entende o milagre de o Brasil estar crescendo assim pelas raízes.

Aí, a justiça social entre as terras, no esforço que a Nação irteira realiza com a integração da Amazônia e do Nordeste, à plenitude de nossa vida econômica, na recuperação da vida no campo e na valorização da agricultura.

A justiça social entre os homens, nós a vemos crescer na distribuição mais concentrânea da renda nacional — que agora apenas se inicia nos fundos de participação, na desapropriação da terra para os grandes projetos de colonização, e nos programas especiais de crédito rural, para os pequenos e desassistidos.

Marco apagou dos olhos e da memória dos homens, as cenas de vergonha nacional que fizeram as suas razões, e tem, em nosso anseio de justiça e na fé que se acendeu em nosso próprio destino, a um só tempo, messe e colheita."

— S. Presidente, requeiro ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata

3

desta Sessão, o artigo "A Passagem", de autoria do Cel. Octávio Costa, Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República e que seja dado ciência da decisão da Casa ao ilustre homem das nossas côres militares.

SR. PRESIDENTE — Está finda à Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Gilberto Rezende de Carvalho, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Pasaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 297-70, autorizando o Poder Executivo a receber da União Federal, imóveis de seu patrimônio como dação em pagamento, na forma e como especifica. — Sem Pareceres. Em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 297-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a receber, da União Federal, imóveis do seu patrimônio, mediante a obrigação de entregar em pagamento construções de valor equivalente, destinadas às instalações e funcionamento de organizações militares.

Parágrafo único — Os imóveis a serem recebidos como dação em pagamento o serão pelos valores constantes dos respectivos laudos, aprovados pelo Poder Executivo.

Art. 2.º — Mediante convênio a ser firmado com a União Federal, serão definidos quais os imóveis que o Estado receberá como pagamento das obras e serviços executados para a instalação das organizações militares a que se refere o artigo 1.º.

Art. 3.º — Anualmente o Estado consignará nos seus respectivos orçamentos, as verbas necessárias à execução da presente Lei.

Parágrafo único — No caso de não ser prevista no Orçamento Geral do Estado para o próximo exercício dotação própria para atender as despesas desta lei, as mesmas deverão correr à conta do Crédito Especial respectivo que, para este fim, deverá o Poder Executivo solicitar à Assembléia Legislativa.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições de contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Presidente

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 303-70, dispondo sobre o pagamento das parcelas da taxa Rodoviária única aos Municípios, na forma como especifica — Sem Pareceres, em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 303-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Serão entregues aos municípios paranaenses, obedecidas as

prescrições do "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 6.124, de 13 de julho de 1970, as parcelas da Taxa Rodoviária Única arrecadas no território de cada município, no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970.

§ 1.º — A Secretaria da Fazenda, mediante instrução disciplinará quanto a forma de apuração dos créditos a que têm direito os municípios do aludido período.

§ 2.º — Incumbe, ainda, à Secretaria da Fazenda, mediante prévia audiência do Tribunal de Contas autorizar a transferência da rubrica própria da receita do Estado da importância necessária ao integral pagamento dos créditos apurados.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Presidente

Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando a possibilidade da Comissão Executiva criar uma Seção de Documentação Legislativa atualizada, eficiente, moderna, que poderia funcionar junto à Seção de Documentação Histórica. — A consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do general Aramis Athayde. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do general Aramis Athayde, paranaense dos mais ilustres, tendo exercido o cargo de Ministro da Saúde na gestão do Presidente Café Filho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco membros, destinada a proceder estudos e elaborar nova Lei Orgânica dos Municípios. — **Aprovado.** A Mesa, diante do requerimento do sr. deputado Wilson Brandão, solicita aos líderes que indiquem membros para formarem a referida Comissão, na sua devida proporção.

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a expedição de ofício ao sr. Secretário dos Transportes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão aos srs. ministro do Trabalho e Assistência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 16.º aniversário de fundação do jornal "Diário do Paraná". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo em face do transcurso de mais um aniversário da Revolução e pela divulgação feita por S. Exa. o sr. Presidente da República, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Secretário de Segurança. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Presidente da República. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ofício ao sr. Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Presidente da Repu-

blica, pelo encaminhamento ao Congresso Nacional da mensagem que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao sr. Secretário de Educação e Cultura. — Em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente solicitando seja expedido ofício ao sr. Diretor do DETRAN. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social. — **Aprovado.**

A Presidência suspende a sessão por 15 minutos para ser lavrada a ata. (É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Solicito ao sr. 1.º Secretário que leia a Sinopse dos trabalhos relativos à 7.ª Legislatura, período extraordinário, compreendendo entre 18 a 30 de março de 1971.

O SR. 1.º SECRETARIO — Lê a Sinopse.

(A Sinopse acha-se transcrita no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao sr. 2.º Secretário, que leia a Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

Esta Presidência lembra os srs. Deputados que amanhã, às 15 horas, a Assembléia deve se reunir, em caráter solene, para instalação da 1.ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 7.ª Legislatura, oportunidade em que será lida a Mensagem do sr. Governador.

Nada mais havendo a tratar, declaro, encerrada a presente sessão.
Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

7ª. LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e um, às dez horas, na Saladas Comissões, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, para a instalação, com a presença dos senhores deputados Antonio Lopes Júnior, Arizone Mendes de Araújo, Francisco Escorsin e Acyr José, achando-se ausente o senhor deputado Alvaro Dias. Assumiu a Presidência, na forma Regimental, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do Presidente efetivo. Foi eleito por unanimidade, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, e para Vice-Presidente, o senhor Arizone Mendes de Araújo, também por unanimidade. Ao tomar posse, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, agradeceu a honrosa prova de confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Instrução Pública, fazendo o propósito de corresponder integralmente na Presidência da mesma. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, declarou encerrados os trabalhos, dois quais, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA
ATA DA INSTALAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e um, na Sala de reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Tomada de Contas com a finalidade precípua de instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Abertos os trabalhos na forma do Regimento Interno, pelo senhor deputado Leopoldo Jacomel, instalado a Comissão, deixou livre a palavra para que os senhores deputados Antônio Belinati, Pinto Dias, Xenofontes Villanueva e Agnaldo Pereira Lima, da mesma fizessem uso indicando ou expressando seu pensamento sobre a eleição. Realizada a eleição, verificou-se por unanimidade a escolha do senhor deputado Leopoldo Jacomel, para a Presidência, e do senhor deputado Antônio Belinati para a Vice-Presidência. O deputado Leopoldo Jacomel, usando da Palavra agradece o apóio recebido dizendo das suas determinações em conduzir com acerto os destinos de tão importante Órgão. A seguir o senhor Presidente designou o funcionário Alberto Carazzai Neto, para secretariar a Comissão de Tomada de Contas. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a sessão da qual lavrei a presente Ata que após lida, assinada e achada conforme será publicada para que produza os efeitos da Lei.

- aa) **Leopoldo Jacomel** — Presidente
Antônio Belinati — Vice-Presidente
Alberto Carazzai Neto — Secretário
Pinto Dias, Xenofonte Villanueva e Agnaldo Pereira Lima

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

ATA DA INSTALAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e um, reuniram-se na Sala das Comissões às dezoito horas e dez minutos, os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, com a presença dos senhores deputados Arizone Mendes de Araújo, Marciano Baraniuk, Santos Lima e Francisco Escorsin, com o fim específico de instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da mesma, de acôrdo com o artigo 40, Parágrafo Único do Regimento Interno, assumiu a Presidência o senhor deputado Francisco Escorsin, havendo número legal e o senhor Presidente designada a Comissão. Procedida a eleição e a votação por unanimidade foram eleitos os senhores deputados Arizone Mendes de Araújo e Marciano Baraniuk para a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Os eleitos foram de imediato empossados em seus cargos, assumindo a Presidência o senhor deputado Arizone Mendes de Araújo, usou da palavra para agradecer a confiança de seus pares que o escolheram para tão honroso cargo e ressaltou o seu propósito de conduzir este Órgão Técnico da Assembléia Legislativa dentro do regime de trabalho e dignidade Legislativa. Logo após, concedeu a palavra aos senhores Deputados presentes e que dela quisessem fazer uso, como ninguém usou da palavra o senhor Presidente estabeleceu que as reuniões ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência. No oportuna oportunidade, convocou o funcionário Agildes de Oliveira Martins, para exercer a função de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a sessão, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será por mim, pelo senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos de Lei.

- aa) **Arizone Mendes Araújo** — Presidente
Agildes de Oliveira Martins — Secretário